

## AS FRONTEIRAS. DIVERSIDADE E DINÂMICA

Abílio Lousada

As fronteiras encerram desde tempos ancestrais uma tangibilidade, efectiva ou percebida, através da qual os povos se concentram num dado ‘pedaço’ de terra. Terra essa que enforma o meio pátrio, pelo qual os homens derramam sangue de forma denodada, seja para o defender ou acrescentar.

Como factor central da Geopolítica, porquanto está intimamente ligada à definição dos estados, ao poder e às relações que variam da cooperação à acomodação, observamos as fronteiras no âmbito da sua importância relacional com o território que envolvem, as populações que inserem e os recursos cuja delimitação permitem. Neste aspecto, visualizaremos, numa óptica de conjunto, as vantagens e desvantagens dos estados relativamente ao geofactor que caracteriza cada um. Intentaremos, ainda, abordar a tipologia das fronteiras, particularmente as que implicam ‘ondas de choque’ nas relações entre os estados e os povos.

Mas uma análise sobre as fronteiras implica necessariamente um enfoque sobre a sua dinâmica, porque são motivo frequente de discórdia, disputa e móbil conflitual. Neste particular, percorreremos o mapa planisférico com o intuito de elencar as fronteiras que, no passado e no tempo recente, são objecto de instabilidade e conflitualidade, apontando causas.

Por fim, consubstanciaremos o produto da análise com o exemplo português, pois a história longa do país permite aferir substancialmente uma realidade diversificada no que às questões fronteiriças diz respeito. É interessante notar que, neste particular, Portugal encerra em si uma dinâmica não restringida à tradicional fronteira geográfica terrestre, pois a marítima teve uma componente formativa de grande amplitude. Fronteiras que conheceram um processo de fundação, expansão, retracção, extinção e reposição e, na actualidade, uma diversificação própria da conjuntura e dos espaços onde influi.

### 1. A IMPORTÂNCIA DO GEOFACTOR

É no latim que encontramos a génese do termo Fronteira, que deriva de *fronteria* ou *frontaria*, conceito indicador da parte do território situado *in fronte*, isto é, nas margens. De modo semelhante, também o termo *limes* fazia parte do vocabulário corrente, que significava “confim entre dois campos”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Benedikt Zientara, “Fronteira”, *Enciclopédia Einaudi. Estado-Guerra*, nº 14, Lisboa, INCM, 1989.

Historicamente, remonta ao período do Império Romano o primeiro momento em que, no mundo ocidental, uma comunidade se preocupou em tornar mensurável os limites do espaço soberano. Essa necessidade surgiu devido à proximidade dos denominados «Bárbaros» da Germânia, servindo as margens dos rios Reno e Danúbio como marcos separadores dos dois povos.

O advento da Alta Idade Média e a anarquia política e guerreira prevalecente esbateu qualquer ideia de posse territorial tangível, algo que só a partir dos séculos XII/XIII, com o Feudalismo, seria recuperado. A fronteira era, então, uma linha, descontínua e imprecisa, traçada para delimitar a suserania em áreas de controvérsia, principalmente quando se pretendia garantir uma coexistência pacífica com o vizinho. Em breve trecho, essa linha fronteira reassumiu o conceito de confim territorial ou região periférica.

Mas, na verdade, foi só no século XVI, com o Renascimento e o desenvolvimento da cartografia, que as linhas fronteiriças passaram a ter uma visualização efectiva, mediante a sua marcação na carta e uma percepção existencial no terreno<sup>2</sup>. E assim, como preconizava o alemão Friedrich Ratzel, a fronteira passou a ser constituída “pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”, residindo a sua origem “no movimento que é próprio de cada ser vivo”, sendo por isso móvel<sup>3</sup>.

Consequentemente, a ideia ainda hoje prevalecente de que as fronteiras são linhas de demarcação da soberania dos estados, onde cada entidade tem a prerrogativa de exercer a sua autoridade sobre um determinado território e as comunidades populacionais nele inserto, remonta ao século XVII e aos Tratados de Vestefália.

A partir desse momento, a fronteira preconiza “(...) o limite do exercício dessa soberania e dos seus atributos, que são a moeda, a conscrição militar e eventualmente a língua. Ela tem uma função simbólica de localização”<sup>4</sup>. Assim, o processo de formação histórica da Europa, que se inicia verdadeiramente na Idade Média, assenta no contínuo ajustamento e reajustamento das fronteiras dos estados, onde a conflitualidade era o mote, em que a par da procura do equilíbrio de poderes se lutava<sup>5</sup> pela distribuição territorial.

---

<sup>2</sup> Aymeric Chaufred e François Thuail, *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, Ellipses, 1998.

<sup>3</sup> Benedikt Zientara, ob. cit.

<sup>4</sup> Michael Foucher, *Fronts et Frontières: Un Tour du Monde Géopolitique*, Paris, Fayard, 1988.

<sup>5</sup> Todos os grandes conflitos ocorridos na Europa implicaram redefinições fronteiriças de maior ou menor amplitude, bastando para o efeito analisar guerras como a da Sucessão de Espanha, dos Sete Anos, Prussiano-Dinamarquesa, Austro-Prussiana, Franco-Prussiana, Russo-Turca, Balcânicas, Russo-Japonesa, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e o actual Russo-Ucraniano, com indefinições e antagonismos fronteiros que ainda perduram presentemente em alguns casos.

O que o mundo político a partir de então releva é a não existência de fronteiras *ad eternum*, nem de uma envolvente espacial implicitamente garantida. Efectivamente, “a natureza elástica da fronteira fá-la avançar e recuar segundo o poder que acolhe o seu hiterland”<sup>6</sup>. Uma realidade que, ainda hoje, permanece absoluta e cujas ondas de choque sofridas ao longo de séculos deram à Europa e ao mundo o quadro geopolítico que vamos presenciando.

Objectivamente, as fronteiras são estruturas espaciais lineares, com uma função de descontinuidade geopolítica e de demarcação ou repulsa, num triplo registo do real, do simbólico e do imaginário: a descontinuidade resulta do confronto entre duas unidades políticas ou entre dois povos que reclamam o controlo do espaço considerado inato; o registo simbólico enfoca na identidade dum grupo nacional situado no exterior de um perímetro fronteiriço, angariado ou sucessivamente construído; quanto à imaginação associada à fronteira, decorre da obsessão do inimigo histórico mas, também, de si mesmo e dos meios fundadores duma determinada nação<sup>7</sup>. Loureiro dos Santos referiu-se às fronteiras como “os sítios onde os homens aceitam morrer para defender terra ou algum valor que lhes seja muito caro”<sup>8</sup>.

Já vimos que uma das razões da permanência da conflitualidade é o espaço, cuja mística comporta a procura de mais espaço por um determinado actor, que estando encerrado num traçado fronteiriço o impele para horizontes mais longínquos. Tal pode acontecer por razões de segurança, económicas, étnicas ou simples ânsia de poder. A verdade é que a luta pela defesa ou expansão do seu espaço é intrínseco ao comportamento animal, que com ele se identifica, “estando sempre atento às manobras fronteiriças ameaçadoras (...)”<sup>9</sup>.

Para analisar o geofactor relevamos o território, na sua extensão, localização (interior, continental ou marítima), configuração (forma e fronteiras) e morfologia (natureza do solo, clima, vegetação, orografia e hidrografia), a população e os recursos (naturais, minerais e alimentares).

Os grupos humanos estruturam-se historicamente num dado espaço geográfico em função de um poder político. Assim, o meio geográfico representa a síntese entre o meio físico e o espaço humano. Por sua vez, os recursos, que são uma fonte primordial de

---

<sup>6</sup> António Marques Bessa, “Para Uma Geopolítica do Conflito na Europa do Nosso tempo”, in *Conjuntura Internacional*. 1996, Lisboa, ISCSP, 1996.

<sup>7</sup> Gérard Chaliand e Blin Arnaud, *Dictionnaire de Stratégie Militaire des Origines à Nos Jours*, Paris, Perrin, 1998.

<sup>8</sup> Citado por Garcia Leandro, “A Teoria da Diversificação e Articulação das Fronteiras e os Sistemas de Forças”, in *Boletim do IAEM*, Nº 28, Novembro de 1992.

<sup>9</sup> António Marques Bessa, ob. cit.

subsistência e de poder da unidade política, não deixam de a condicionar, pois “é uma variável que determina a extensão das fronteiras e a conflitualidade da vizinhança”<sup>10</sup>. Portanto, a maior ou menor relevância estratégica do território, os recursos e as características do agregado populacional de um estado são muito importantes para se entender a dinâmica geopolítica e geoestratégica desse Estado na relação com outros Estados. Tanto mais que, como infere Orlando Ribeiro, “A comparação é a alma da geografia”<sup>11</sup>.

Que a geografia gera poder é uma evidência que decorre desde tempos longínquos, merecendo a atenção de personalidades como Sun Tzu, Estrabão, Montesquieu, ou Raymond Aron. O próprio Camões se lhe referiu, destacando que “primeiro tratarei da larga terra / depois direi da sanguinosa guerra”<sup>12</sup>.

Mas, foram sobretudo figuras do século XX, de dimensão geopolítica como os alemães Friedrich Ratzel e Karl Haushoffer, o americano Alfred Mahan, o sueco Rudolf Kjellen ou o neerlandês Nicholas Spykman quem, mais consistentemente, se debruçou sobre o assunto<sup>13</sup>:

Ratzel defendeu, entre outros postulados, que espaço é poder, que possuir mais espaço é ter mais poder, que tendencialmente o estado absorve vazios de poder externos e que a fronteira é um órgão periférico e de tensão do espaço, cujo dinamismo evidencia o seu crescimento, força e possíveis alterações.

Haushoffer, através da tese do *lebensraum*<sup>14</sup>, centrado na fronteira orgânica e no estado sitiado, defendeu que o estado para sobreviver e projectar poder necessita de alargar as fronteiras, absorvendo os recursos de entidades políticas limítrofes.

Mahan centrou a atenção do espaço e das fronteiras na vertente marítima, para quem a superior dimensão espacial e as riquezas são fontes de poder, garantindo importantes vantagens comerciais a quem obtiver o domínio naval.

Kjellen, argumentou que o estado anseia pela posse de território natural, que lhe permita harmonizar internamente a demografia, e de fronteiras naturais, cujo limite sustentado integre o território natural.

---

<sup>10</sup> Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina, 1997.

<sup>11</sup> Orlando Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2001.

<sup>12</sup> Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 1974, (III, 5).

<sup>13</sup> Ver António Marques Bessa, *O Olhar de Leviathan. Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, ISCSP, 2001; Jacques Huntzinger, *Introdução às Relações Internacionais*, PE Edições, 1991; Políbio Valente de Almeida, *Do Poder dos Pequenos Estados*, Lisboa, ISCSP, 1990; Pedro Pizarat de Correia, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, vol. I, Coimbra, Quarteto, Novembro de 2002; Philippe Moreau Defarger, *Introdução à Geopolítica*, Lisboa, Gradiva, 1.<sup>a</sup> Edição, Fevereiro de 2003.

<sup>14</sup> Espaço vital.

Spykman frisou que a geografia é o factor mais importante do poder nacional, porque é o mais permanente, exercendo influência sobre o carácter, o comportamento e o pensamento dos povos.

Infere-se, assim, que “os Estados são antes de tudo territórios inscritos no mapa do globo, à medida das circunstâncias históricas (...) e todos esses elementos de ordem geográfica que os constituem são os «meios ambientes», em que certos elementos podem ser trunfos ou vantagens essenciais”<sup>15</sup>. Existe, de facto, uma relação, se bem que relativa, entre as dimensões de um Estado com a sua força e poder e os recursos disponíveis<sup>16</sup>. A uma grande extensão territorial associa-se normalmente um efeito de massa e potência. No entanto, para que se constitua num factor de poder, esse espaço tem de estar organizado. Por sua vez, um grande espaço tem maiores probabilidades de ter ao dispor vastos recursos minerais e alimentares. Além disso, em termos militares existe uma maior facilidade de dispersão das forças e infra-estruturas, desgaste e retaliação<sup>17</sup>. No entanto, um território extenso pode implicar uma maior dispersão e heterogeneidade populacional e maiores dificuldades de controlo institucional.

Hans Morgenthau referiu que a todas as grandes potências está subjacente uma população superior à maioria. É inequívoco que uma forte população é um dado importante para se avaliar a força de um Estado, não devendo, porém, desligar-se a quantidade da qualidade dessa mesma população e a sua ligação com os recursos existentes<sup>18</sup>. Realmente, “uma larga população permite o recrutamento de quadros necessários e o florescimento de iniciativas indispensáveis para promover a capacidade industrial, mobilizar os recursos naturais, dar conteúdo ao braço militar”<sup>19</sup>. Se, ao invés, os recursos, sobretudo os alimentares, não acompanharem satisfatoriamente os índices demográficos de uma nação, a superpopulação transforma-se num obstáculo ao desenvolvimento, passando a constituir uma fragilidade<sup>20</sup>.

---

<sup>15</sup> Jacques Huntzinger, ob. cit.

<sup>16</sup> Esta é uma realidade que pode ser fundamentada através de grandes potências da actualidade: a Rússia, os EUA, a China, o Brasil, a Índia ou a Austrália são países territorialmente extensos e possuidores em grande quantidade dos mais importantes recursos estratégicos, desde naturais, como a água, minerais, como petróleo, ferro, urânio, magnésio, cobalto e alimentares.

<sup>17</sup> A extensão geográfica da Rússia determinou a derrota de Napoleão, em 1812, e conduziu a Operação Barbarossa de Hitler ao fracasso, durante a 2.ª Guerra Mundial.

<sup>18</sup> Os três países mais populosos do mundo (Índia, China, EUA) são potências mundiais.

<sup>19</sup> Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, ob. cit., p. 204.

<sup>20</sup> A superpopulação é um problema concreto com que se debatem países como a China, a Índia ou a Nigéria.

Portanto, e numa conjugação dos três elementos que temos vindo a focar, a uma extensão territorial considerável, fortemente povoada e que disponha de numerosos recursos associa-se um poder de amplitude insofismável. Por sua vez, este poder carece também de mobilização e de uma estratégia consentânea, de acordo com a sua organização político-social, capacidade organizativa e sistema económico.

Sendo o único estado que apresenta uma simbiose coerente destas três características, os EUA são, conseqüentemente, a maior global<sup>21</sup>. A China tem províncias agregadas à força e uma excessiva população. O subcontinente indiano, com vastos recursos disponíveis, tem um claro excedente populacional que o fragiliza, além de crónicos problemas políticos e sociais. A Rússia, outrora superpotência, possuidora de uma componente territorial imensa e com vastos recursos, encontra-se diminuída devido às suas fragilidades políticas internas e a uma população envelhecida e de crescimento negativo. O Brasil, com enormes potencialidades para ser uma superpotência (é o maior produtor cerealífero do mundo, tem vastos recursos naturais e minerais, um território extenso, habitado por uma população numericamente equilibrada e culturalmente homogênea), padece de uma maior simetria social no campo do índice de desenvolvimento humano. O rico país-continente australiano não deixará de ser uma média potência em consequência da sua reduzida base populacional. O Japão, país do «mundo pós-moderno», tem o inconveniente de ser dependente externamente de praticamente todos os recursos importantes, situação que o impedirá de se tornar numa superpotência.

Outro elemento a ter em conta na caracterização do poder geográfico de um Estado é a sua posição, pois está “ligada à maior ou menor capacidade de movimento e à possibilidade de comandar áreas mais dilatadas”<sup>22</sup>: por exemplo, os EUA, com as fronteiras este e oeste apoiadas em dois oceanos e com o território ‘santuarizado’, detêm hegemonia no *Midland Ocean*; a massa continental russa tem-lhe permitido um domínio secular do *Heartland*, a zona pivot do poder mundial identificada por Mackinder.

Do mesmo modo, e em sentido inverso, o Estado pode encontrar-se rodeado por potências dinâmicas e/ou agressivas. Se repararmos na posição geográfica da Polónia, na sua vizinhança e aferirmos a sua história, verificamos a precariedade da soberania do país, ‘prensada’ entre duas potências como são a Alemanha e a Rússia, cujo dinamismo geoestratégico, vastas vezes, conduziu ao ‘atropelo’ e à conquista do seu espaço. Assim, a

---

<sup>21</sup> Se a União Europeia evoluísse para uma unidade política consistente, tornar-se-ia numa superpotência: seria um dos estados mais extensos do mundo; teria o terceiro maior índice demográfico; com uma plêiade de recursos de vários níveis e uma economia sustentada ombrearia economicamente com os EUA e a China.

<sup>22</sup> Políbio Valente de Almeida, ob cit.

posição do Estado tanto pode constituir uma vantagem como colocar em sérios riscos a sua segurança e a própria soberania.

O facto de a localização de um Estado ser continental ou marítima não significa, à partida, maior ou menor poder pois, tanto nas talassocracias como nas epirocracias, outros factores de poder terão de ser levados em linha de conta. Porém, como fonte de riqueza e ligação intercontinental mais fluída, é relevante que um Estado disponha de amplos acessos ao mar. Quando isso não se verifica, a ânsia de alguns Estados interiores procurarem obter corredores que conduzam ao mar origina frequentes tensões, implicando a necessidade de empurrar os vizinhos. Por sua vez, existem os Estados encravados que, além de não terem acesso ao mar, apresentam a vulnerabilidade de dependência e contenção dos Estados circundantes.

Relativamente a estas considerações, dois casos concretos podem ser enunciados: desde que o Chile lhe ocupou as províncias meridionais, retirando-lhe o acesso ao mar, através da faixa de Arica, a Bolívia tem com aquele país um contencioso; depois da desagregação da Jugoslávia (1991-92) e o Montenegro abandonar a Federação (2006), a Sérvia tornou-se num Estado interior, desprovido do acesso ao Mediterrâneo; por sua vez, pode perguntar-se qual é a real independência de um país como o Lesoto que está rodeado de África do Sul por todos os lados.

A configuração é outro elemento não menosprezável. Quanto à tipologia da sua forma, pode existir continuidade ou descontinuidade territorial. Em termos de soberania, a segunda característica pode acarretar problemas de integração nacional, como se verifica na Indonésia ou no Bangladesh. Na vertente militar, a descontinuidade territorial apresenta a vulnerabilidade de assegurar a defesa de uma área vasta e dispersa, tendo como vantagem a possibilidade de resistir a grandes invasões mediante uma defesa em profundidade, mesmo que com a ocupação de uma parcela de território<sup>23</sup>.

Assim, o que acabámos de escrever equivale a afirmar que “o meio torna-se Teatro quando o espaço é considerado em função de uma actividade específica ligada ao exercício da potência internacional, como a guerra por exemplo”<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> A História de Portugal permite ilustrar esta realidade.

<sup>24</sup> Jacques Huntzinger, ob. cit.

## 2. A DIVERSIDADE DAS FRONTEIRAS

O conceito de fronteira, que tinha um enorme significado até muito recentemente em termos de soberania e independência para os Estados, dada a sua estanqueidade, esbateu-se grandemente em virtude do processo de mundialização. Hoje não existem fronteiras para os mísseis intercontinentais, para a informação, para a imagem ou para o ciberespaço. Por sua vez, o incremento das organizações inter e supranacionais concedeu uma maior abrangência ao traçado fronteiriço, passando a respeitar aos grandes espaços de cada uma dessas organizações. Por oposição a este alargamento transfronteiriço, a relativa transparência das fronteiras tem acelerado a formação de colónias interiores em diversos estados, conduzindo a uma heterogeneidade étnico-cultural, que frequentemente resulta em conflitos e tensões internos e, conseqüentemente, a retrocessos espaciais e retracção fronteiriça.

Se o ‘baú’ da história começa por nos mostrar uma ideia de limite espacial subjacente a uma *limes* imaginária, que evoluiria para uma concretização marcada pela orografia e hidrografia, hoje, com a tipologia diversificada que a actual realidade geopolítica apresenta, regressamos a um certo pendor imaginário das fronteiras em que cada actor (pret)ende estar ‘encerrado’. Efectivamente, seguindo o raciocínio de alguns autores<sup>25</sup>, o planeta está pejado de uma variância de fronteiras na exacta proporção quanto ao entendimento da inserção do *homos político* no espaço planetário.

Em conformidade, persistem as fronteiras que dividem geograficamente o *mapa mundi* em estados, colocando o enfoque na sua soberania, que são as fronteiras geográficas e as marítimas; a exponenciação dos grandes espaços interceptou as fronteiras de segurança, defesa ou económicas, daqui decorrendo, não de forma totalmente concorrencial, a fronteira dos interesses; a caracterização cultural do ser humano vislumbrou fronteiras étnicas, linguísticas, religiosas, ideológicas ou civilizacionais; a dispersão populacional permite denominar as fronteiras demográficas; a comparação dos níveis de vida enquadra as fronteiras da pobreza/fome ou Norte-Sul; as tensões de carácter político que prevalecem conceptualizam as fronteiras da conflitualidade ou as incertas, contestadas; a era do conhecimento e da tecnologia permitiu a denominação das fronteiras do conhecimento e do tempo.

Em suma, “os espaços alargam-se (...) porque vão acompanhando a expansão de novas fronteiras económicas, culturais e de segurança. Mas também porque se multiplicam as

---

<sup>25</sup> Adriano Moreira, “As Fronteiras Portuguesas”, in *Conjuntura Internacional*. 1996, Lisboa, ISCSP, 1996; Garcia Leandro, ob. cit; Gérard Chaliand e Arnaud Blin, ob. cit.; Maria Regina Marchueta, *O conceito de Fronteira na Época da Mundialização*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2002.



estradas das comunicações, terrestres, marítimas, aéreas, da informação e do espaço exterior”<sup>26</sup>.

## **2.1. Fronteira Geográfica**

Tida como fronteira genética do estado, decorrente, normalmente, de um longo processo histórico, a fronteira geográfica envolve a mística territorial onde se inserem os povos, que por ela estão dispostos aos maiores sacrifícios. É, no fundo, a fronteira de soberania do Estado e o “enquadrador cultural” dos cidadãos, de onde emergem muitos dos nacionalismos passados e presentes<sup>27</sup>. Daqui ressalta a preocupação, quantas vezes obsessão, de sustentar o traçado no relevo, seja orográfico ou hidrográfico, isto é, obter as fronteiras naturais. Como escreveu o geógrafo Amorim Girão, “Os limites políticos correspondem, na maior parte dos casos, a uma linha de separação de tendências opostas; e são, por esse motivo, o resultado de uma luta por vezes prolongada com episódios vários de fluxo e refluxo, que lhes asseguram desde logo um traçado muito sinuoso”<sup>28</sup>.

Terá sido o Cardeal Richelieu quem, no século XVII, no âmbito da Guerra dos Trinta Anos, terá manifestado, pela primeira vez, a preocupação e vontade de envolver o Estado por fronteiras naturais, numa espécie de fortaleza que tornasse a França imune às pressões dos seus vizinhos. No século XIX, com a era dos impérios, as fronteiras interestados foram alvo de arrojados esforços para que as mesmas fossem assinaladas no terreno, de modo a não deixarem dúvidas quanto aos limites, de modo a evitar atritos. A fronteira geográfica, com íntima ligação à sua posição, reflecte vantagens ou constrangimentos no que toca ao poder nacional, como já vimos anteriormente.

Na actual conjuntura internacional, onde a existência de fronteiras naturais imunes ao exterior deixou de fazer sentido, pois os traçados diferenciaram-se e evoluíram, de acordo com o fenómeno da mundialização, pese embora permaneça o seu carácter místico de posse. De facto, hoje as fronteiras têm uma maior transparência, são mais permeáveis e porosas, com a dinâmica surgida após a 1990 a originar a sua redefinição em vários lugares do mundo.

## **2.2. Fronteira de Segurança e Defesa**

Objectivamente ligada ao advento do regionalismo, fruto da globalização das ameaças, das transformações de ordem militar, com destaque para as novas tecnologias, e da

---

<sup>26</sup> António Emílio Sacchetti, *Segurança e Defesa (1996-2000)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2000.

<sup>27</sup> Garcia Leandro, ob. cit.

<sup>28</sup> Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1952.

interdependência económica, muitos estados compreenderam que, isoladamente, não têm condições para garantir a segurança do espaço geográfico e das populações, sentindo a necessidade de, nesse domínio, cooperar com outros estados que sentem constrangimentos análogos.

Por isso, esta fronteira resulta dessa mesma cooperação, mais ou menos integrada, entre estados com afinidades culturais, civilizacionais ou devido à proximidade geográfica, conducente à criação e desenvolvimento de sistemas colectivos de defesa, isto é, ao “santuário colectivo”<sup>29</sup>. A área territorial da União Europeia (UE), da Aliança Atlântica (OTAN), do extinto Pacto de Varsóvia e, em certa medida, da União africana (UA), Mercosul, da Organização dos Estados americanos (OEA) ou do Tratado do Sudeste Asiático (ASEAN), exemplificam este tipo de fronteira.

### **2.3. Fronteira Económico-Demográfica**

Refere Regina Marchueta que “nesta época da globalização assiste-se a uma tendencial substituição da geopolítica pela geoeconomia, alterando, de certa forma, o figurino do mundo em função do novo traçado das áreas arquipelágicas de concentração e de irradiação desse mesmo poder”<sup>30</sup>. Efectivamente, a competição económica mundial, onde campeiam as multinacionais, passou a comandar, amiúde, o sistema de relações internacionais, impelindo a política a uma postura reactiva e, por vezes, submissa. Paralelamente, é sabido que a componente económica está presente, implícita ou explicitamente, como uma das motivações dos conflitos. Economicamente, o mundo é hoje ‘dominado’ pelos EUA, China, UE, Índia, Japão). Por isso, podemos enquadrar, em termos de fronteiras, a hegemonia mundial a nível económico na envolvimento desses países. Ou então, se pretendermos ser mais abrangentes, os países do G7 e o mais alargado G 20, organizações informais, ‘clubes’ dos países mais ricos do mundo.

Por sua vez, tal acontece com as questões relativas às preocupações de segurança, também a procura do bem-estar e do desenvolvimento social forçou os estados a cooperarem com outros no seio de organizações fundadas para o efeito. É o que se verifica com a UE, o Mercosul, a ASEAN ou o USMCA.

Mas, a problemática do desenvolvimento económico pode levar-nos ao seu contrário, isto é, ao mundo da pobreza e da fome, cuja implantação geográfica é facilmente verificável, onde se inserem os denominados estados falidos. Consequentemente, esta observância

---

<sup>29</sup> Garcia Leandro, ob. cit.

<sup>30</sup> Maria Regina Marchueta, ob. cit.

remete-nos para a dialéctica Norte-Sul, com a parte superior do Hemisfério a compreender o mundo dos ricos e a parte inferior a concentrar o mundo dos pobres, se exceptuarmos, neste caso, a Austrália e a Nova Zelândia.

A demografia é outra problemática latente. O polemologista Gaston Bouthoul via a guerra como consequência de um grande exponencial demográfico, principalmente de jovens, dando aos Estados uma inegável fonte de poder. Por isso, atribuía as causas da guerra aos desequilíbrios demográficos, concluindo que cada guerra sucedia a um período de excesso de população ou superabundância de homens jovens, ou seja, um período de alta prosperidade demográfica, que desequilibra o sistema, causa temores nos vizinhos e excesso de confiança nos Estados<sup>31</sup>.

Se olharmos para a geografia do globo, verificamos a existência de assimetrias profundas a nível demográfico e de desenvolvimento. Constata-se que a diferença entre os países ricos, com um crescimento demográfico fraco, e os países pobres, com um crescimento demográfico forte, é bem visível. Estas clivagens, divididas pela denominada fronteira Norte-Sul, caracterizam a explosão tecnológica no primeiro caso e demográfica no segundo. A nível demográfico, as excepções existentes, no Norte, são os EUA e o Japão e, no Sul, a Austrália e a Nova Zelândia.

Estas disparidades Norte-Sul, que induzem as pressões migratórias, levantam a questão da falta de controlo das fronteiras nacionais e da soberania, pois as transferências em massa de população e as viagens fazem-se agora em todos os sentidos, entre continentes e dentro dos continentes, predominando, contudo, a proximidade geográfica<sup>32</sup>.

Na verdade, este crescimento demográfico pode causar graves perturbações internas nos Estados atingidos, pois o desequilíbrio económico, a fome, o desemprego, a miséria e a frustração das populações de menor faixa etária podem originar conflitualidades sociais conducentes a guerras internas, enquanto favorecem, em certas regiões, os fundamentalismos. A nível externo, pode ser aproveitado pelos governos para exercerem pressões ou satisfazerem políticas expansionistas.

---

<sup>31</sup> Gaston Bouthoul, *O Fenómeno Guerra*, Lisboa, Edições Estúdios Cor, 1966.

<sup>32</sup> A UE tornou-se um grande receptor de imigrantes da África e do Leste Europeu; na América, a parte Norte é o espaço mais desejado, para onde confluem elevados contingentes da América Latina, da Ásia e de África; a emigração chinesa estabeleceu fortes comunidades no Sueste Asiático e expande-se para África e as Américas e a imigração indiana, que se vai espalhando por todo o globo, procura especialmente o Médio Oriente e a costa Oriental de África.

## 2.4. Fronteira Étnico-Cultural

Enquanto as fronteiras de segurança e defesa decorrem de um fenómeno de agregação, a étnico-cultural, muito ligada a nacionalismos, indicia um fenómeno de dispersão. Determinar a exactidão das fronteiras entre comunidades culturais, envolvendo a religião, a etnia ou a língua, constitui um processo impossível de evidenciar, devido à abrangência de amplas zonas de confluência e de situações mescladas, não obstante as «fronteiras» civilizacionais identificadas por Huntington<sup>33</sup>.

Se a história dos séculos XVI e XVII, onde a religião foi o mote de guerras fratricidas, mostrou a postura arreigada do poder político em fazer coincidir as fronteiras geográficas com as identidades espirituais dos povos, na máxima do *cujus regio, egius religio*<sup>34</sup>, nos últimos anos temos assistido a um processo de índole separatista de «módulos» regionais, de ênfase nacionalista. Estes, sustentados na identidade étnico-cultural, forçam a renegação ao poder central, entendido este como opressor de uma individualidade com que não se identificam e não respeitam. O resultado foi a conflitualidade intraestatal que caracterizou a década de 1990, emergindo um conjunto de «novos» estados, sendo que a maioria tinha uma prática de soberania do passado. Como lembra Zientara, “à tendência em fazer coincidir as fronteiras linguísticas, culturais (...) com as estatais, opõe-se sempre outra em sentido contrário, como tendência à diferenciação das sociedades e à ultrapassagem dos limites do próprio grupo”<sup>35</sup>

Mas, se a diferenciação impele determinados grupos culturalmente homogêneos, insertos num estado que repudiam, à separação, o nacionalismo pode conduzir a uma situação inversa, ou seja, à expansão. Quando isso ocorre, estamos perante um fenómeno de irredentismo, que consiste na luta pela unificação do povo, disperso por outros estados<sup>36</sup>.

A grande diferença entre os dois nacionalismos referidos é que o separatista origina, normalmente, conflitos intra-estatais, enquanto o irredentista provoca possíveis conflitos interestatais. Seja como for, contígua ou encravada, uma minoria comporta uma ‘dor de cabeça’ para o estado que a abriga e uma fonte de tensão para esse estado e o país de origem<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> Que são oito, Ocidental, Sínica, Japonesa, Islâmica, Hindu, Eslavo-Ortodoxa, Latino-Americana e Africana: Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva, 1999.

<sup>34</sup> Em cada estado, a religião da população obedecia à professada pelo soberano.

<sup>35</sup> Benedikt Zientara, ob. cit.

<sup>36</sup> Esta foi uma das razões justificativas para Hitler, nos anos trinta do século XX, ter anexado pela força os Sudetas, a Boémia, a Morávia, a Áustria e ter invadido a Polónia. E para a Rússia de Vladimir Putin ter invadido a Ucrânia em 22 de Fevereiro de 2022. Guerra que permanece devido à resistência da Ucrânia de Volodymyr Zelensky.

<sup>37</sup> Aymeric Chaufrade, ob. cit.

#### 4. A DINÂMICA GEOPOLÍTICA DAS FRONTEIRAS

Nos capítulos anteriores vimos que, em geopolítica, as fronteiras são espaços dinâmicos, móveis, pólos de discórdia e conflito, não existindo fronteiras naturais, como pretendia o Cardeal-ministro francês Richelieu.

O que existem são fronteiras relativamente estáveis – as históricas – resultantes de um processo distendido no tempo, em consequência de muitos e porfiados conflitos. Por norma, a maioria destas fronteiras são reconhecidas internacionalmente e não constituem pomo de discórdia.

Outras, pelo contrário, são contestadas. O processo de colonização impôs um traçado fronteiro rectilíneo que ignorou as características linguísticas, culturais e religiosas pré-existentes, desenraizando e dividindo povos com a mesma identidade. Este tipo de fronteira é geopoliticamente perigosa, porque não tem um traçado coerente. África é, neste aspecto, o exemplo mais paradigmático, onde a latência dessa inobservância empresta, ainda hoje, um ambiente conflituoso entre estados limítrofes que procuram os ajustamentos pela força das armas. Essa situação é verificável, por exemplo, na região do Corno de África (Etiópia, Somália, Eritreia), Sudão, República Centro africana ou os países dos Grandes Lagos (Os Congos, Tanzânia, Ruanda, Burundi, Uganda, Quénia). Linhas de separação artificiais, marcadas pela comunidade internacional, são também visíveis no Médio Oriente, com a criação do Estado de Israel, em 1948, a originar um conflito entre vizinhos que se arrasta até ao presente<sup>38</sup>. E o que dizer sobre a linha Durand, que dividiu a etnia Pastum pelo Afeganistão e o Paquistão<sup>39</sup>?

De acordo com o dinamismo fronteiro que referimos, há fronteiras que são criadas e outras que pura e simplesmente desaparecem. O nacionalismo separatista dos povos leva ao aparecimento de novas fronteiras, como aconteceu com a guerra civil entre etíopes e eritreus, paquistaneses e cingaleses, com o desmembramento da Jugoslávia, que originou seis novas fronteiras, e da União Soviética, de onde surgiram catorze. Uma fronteira pode também resultar de um acontecimento pacífico, como aconteceu com a «Revolução de Veludo», na Checoslováquia.

A Europa neste aspecto é, de facto, um exemplo sintomático. Como escreveu Marques Bessa, o Velho Continente “é um espaço de territórios múltiplos, de história violenta e de linhas de separação pouco pacíficas”<sup>40</sup>, que, fruto dos acontecimentos enumerados conheceu,

---

<sup>38</sup> O conflito Israelo-Palestiniano é o mais latente, sobretudo a partir de 7 de Outubro de 2023.

<sup>39</sup> Alexandre de Marenches, *Atlas Géopolitique*, Rennes: Stock, France, 1988

<sup>40</sup> Marques Bessa, “Para Uma Geopolítica do Conflito na Europa do Nosso tempo”, ob. cit.

nos anos subsequentes a 1989, um acréscimo de 33% no número de estados fruto da “dança das fronteiras”<sup>41</sup>.

Mas permanecem ainda questões fronteiriças por resolver ou mal resolvida a nível interestatal: devido ao Ulster, a Inglaterra tem há décadas um problema fronteiriço por resolver no Norte da Irlanda; a Espanha reclama da Inglaterra a soberania de Gibraltar; o mesmo acontece com Portugal para com a Espanha no que concerne a Olivença; o traçado fronteiriço belga implicitamente não agrada à França, o mesmo acontecendo com este país relativamente à Alemanha, a Este, e à Itália, a Sul; a discórdia da *limes* servo-croata está neste momento congelada; entre a Rússia e a Ucrânia a definição fronteiriça originou a guerra em curso desde 2022.

Enfim, estamos perante uma Europa ainda em processo de definição de fronteiras, com a Limes «prensada», como refere Edgar Morin, “(...) entre as forças de dissociação, de ruptura, de exasperação dos ódios nacionais, étnicos, religiosos e as forças de associação, de solidariedade, de confederação”<sup>42</sup>, um conjunto de situações de resolução eventualmente dependente de uma harmonização a cargo da União Europeia.

Para além da incerteza de fronteiras como as descritas, persistem em outros pontos do globo fronteiras contestadas e em suspenso, onde a tensão e o conflito marcam presença: Caxemira é um foco de conflito entre a Índia e o Paquistão; devido ao Quito, o Equador e o Peru são rivais assumidos; o Japão reclama da Rússia as ilhas Curillas, anexadas no fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial; a China contesta a fronteira norte com a Rússia, tem um problema com o Cazaquistão por causa de Xinguiang, província que absorveu, reclama parte do território da Mongólia interior, mantém um diferendo com o Japão devido à posse da Ilha Senkaku e disputa as ilhas Spratley com os seus vizinhos asiáticos do Sudeste Asiático; o paralelo 38° é uma linha que separa as duas Coreias, que estão tecnicamente em guerra desde 1950; a linha Attila divide o Chipre entre a Grécia e a Turquia; Gaza e a Cisjordânia são um problema insolúvel que marca negativamente as relações de Israel com alguns estados árabes, devido sempre adiado Estado da Palestina. Enfim, é todo um conjunto de situações relacionadas com a disputa de fronteira que mantém parte do mundo em suspenso.

Em sentido inverso, há fronteiras que desaparecem. Isso aconteceu pacificamente com a reunificação alemã ou através da fusão de dois estados depois de uma guerra, como foi o caso do Vietname e do Iémen.

---

<sup>41</sup> António Emílio Sacchetti, ob. cit.

<sup>42</sup> Edgar Morin, *Os Fratricidas (Jugoslávia-Bósnia, 1991-1995)*, Lisboa, Relógio d' Água, 1996.

Em síntese, se no «velho continente» permanecem situações pontuais de ajustamento fronteiriço que a coordenação política poderá resolver, os constantes do Cáucaso, do «mundo islâmico» e da região Ásia-Pacífico apresentam-se mais problemáticos onde a acção estratégica pode ser o recurso para a sua solução.

## 5. CONCLUSÕES

As características relacionadas com as fronteiras que, geopoliticamente permanecem uma realidade absoluta, são a sua mobilidade, dinamismo e reversibilidade. As fronteiras não são eternas como, de resto, também não o são os estados. Outro apontamento que deve ser relevado, que deriva do anterior, prende-se com a presença da conflitualidade no tratamento das questões fronteiriças. De facto, os contenciosos fronteiriços e os nacionalismos, que a Guerra Fria congelou, emergiram com estrondo na década de 90, levando a ajustamentos de territórios interestatais, à fusão de espaços divididos e à exponenciação do número de estados decorrente dos separatismos. O processo ainda não terminou, verificando-se a existência de fronteiras étnicas activas, fronteiras incertas que aguardam resolução, fronteiras em suspenso e fronteiras contestadas<sup>43</sup>.

Seguindo a linha de pensamento de Defarges, na actualidade novos dados geopolíticos relacionados com as fronteiras merecem ponderação: primeiro, o homem tem uma percepção terrestre mais abrangente que no passado, olhando os problemas de uma forma global, isto é, tendencialmente menos compartimentados; depois, embora a conflitualidade ligada a questões fronteiriças prevaleça, o espaço geográfico está, no essencial, distribuído pelos estados soberanos, exceptuando o alto mar, a Antárctida e o espaço extra-terrestre; por fim, e ainda que os traçados fronteiriços sejam um conceito universal e tendencialmente incontestados, a sua permeabilidade é uma realidade, não sendo imune aos fluxos migratórios e financeiros, à imagem ou às comunicações<sup>44</sup>, tornando-se o mundo temporalmente mais reduzido.

A intangibilidade das fronteiras também pode ser questionada devido à autodeterminação dos povos, bem como o princípio da sua inalterabilidade soberana. Isso pode acontecer por razões humanitárias ou para defesa e protecção dos direitos das minorias, onde a ingerência nos assuntos internos dos estados tem sido levada a efeito pela comunidade internacional, em que a utilização da força militar marca presença. No primeiro caso a Somália serve de referência e no segundo o Kosovo é o mais recente exemplo.

---

<sup>43</sup> Gérard Chaliand e Arnaud Blin, ob. cit., p. 238.

<sup>44</sup> Philippe Defarges, ob. cit.

A realidade é que há a tendência para aumentar a consideração pelas fronteiras dos povos ou das Nações em detrimento das geográficas dos estados. Trata-se de um processo que a guerra, hoje como sempre, marca presença, enquanto factor regulador.